



I

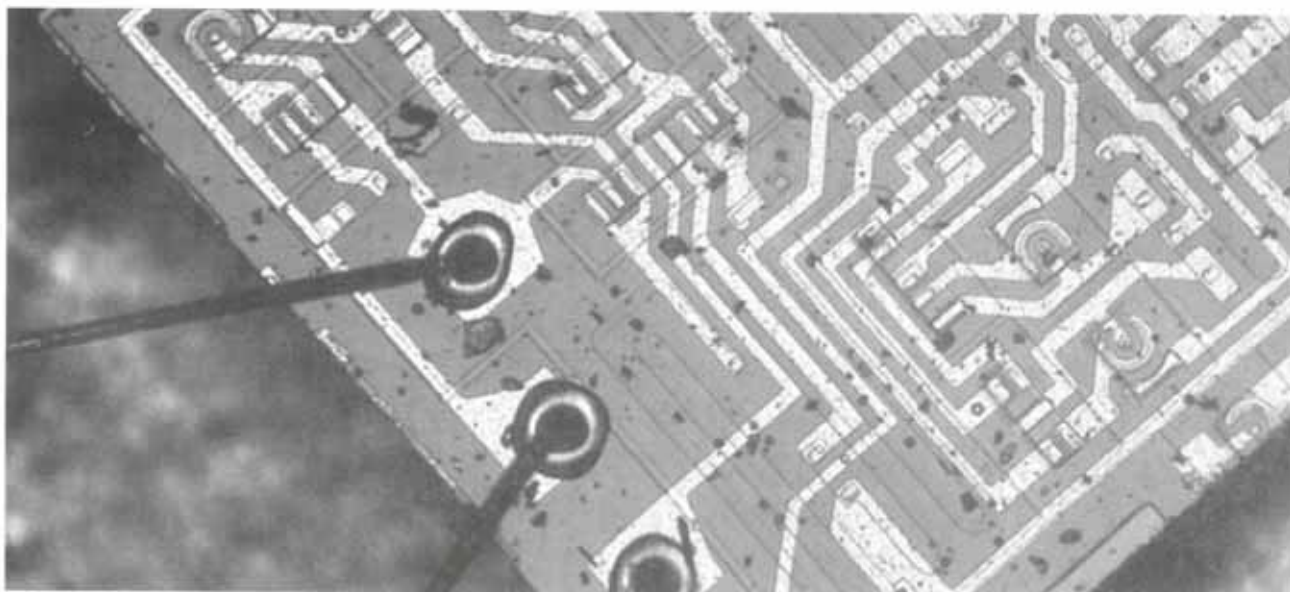
Para compreender a Ciência

Andery, Maria Amália et al

Ciência hoje é algo aparentemente conhecido de qualquer pessoa e todos nós temos alguma coisa a dizer sobre ela; no mínimo, parecemos ser capazes de avaliá-la. Há, pelo menos, dois tipos de opinião muito difundidos sobre a ciência: de um lado, a avaliação que a considera como uma força de progresso, como fonte de benefício para a humanidade, enfim como "necessária e boa"; de outro lado, uma avaliação que a considera como uma força de opressão, como fonte de destruição do homem e da natureza, enfim como "perigosa e má". Sem considerar o mérito destas ava-

liações, ou mesmo se são as únicas existentes, elas revelam o fato de que tendemos a avaliar a ciência primordialmente por seus produtos tecnológicos. Esta é, sem dúvida, uma possibilidade e, indiscutivelmente, se deve à própria atividade científica hoje desenvolvida. É fato que os produtos tecnológicos, frutos da atividade científica, estão presentes em nosso cotidiano e são marca da vida do século XX.

Entretanto, se esta pode ser considerada marca da ciência contemporânea, sua própria compreensão implica não apenas a análise daquilo que aparece como pro-



duto da ciência – a técnica – mas, depende principalmente da análise das condições que determinam a ciência como produtora de tecnologia. Além disso, o binômio ciência-tecnologia caracteriza a ciência dos nossos dias, isto é, não é marca que permite falar de ciência através da história, a não ser como característica negativa – do que a ciência não produziu em outros momentos da história; e, mais, mesmo em nossos dias, não é, em absoluto, a única marca da ciência.

Ao olhar mais de perto a ciência, ao olhar mais de perto seu produto, percebe-se que ele não se esgota na tecnologia, que uma parte integrante e essencial do empreendimento científico, no que se refere ao seu resultado, é a explicação. A tentativa de explicar – de descobrir as leis que regem os fenômenos – tem se constituído em marca fundamental da ciência nos diferentes momentos da história. Este explicar científico tem também, nos diferentes momentos da história, sido adjetivado como um explicar racional, o que significa que a explicação



deve, através de um trabalho humano, desvendar as leis que devem expor o fenômeno à compreensão humana, isto é, eliminar seus segredos: ao explicar racionalmente não se busca a explicação no mistério, ao contrário, a explicação elimina o mistério, revelando, a um só tempo, aquilo que se sabe e aquilo que não se sabe, tornando a relação do homem com o conhecimento uma relação em que o homem passa, por assim dizer, a ter o fenômeno em suas mãos, o que, em última instância, permite ao homem interferir naquilo que conhece.

Se esta é uma marca que nos permite falar da ciência no decorrer da história, porque é uma marca que se encontra em todos os momentos, enunciá-la diz pouco sobre o que foi a ciência em cada momento e quase nada sobre seu desenvolvimento, sua história. Apesar da explicação racional buscar, pela via do esforço humano, o desvendamento dos fenômenos, o significado preciso que isto tem em cada momento, e até mesmo dentro de um mesmo perí-



odo histórico, é diferente. E é, exatamente, o reconhecimento destas diferenças e de suas raízes que permite compreender a história da ciência, compreender como ela chegou, em nosso século, a estar tão intimamente vinculada à tecnologia, a ponto de parecer secundário, ao caracterizá-la hoje, o explicar racional.

Este reconhecimento implica, primeiramente, admitir que o apontar a explicação racional como marca fundamental da ciência já se constitui em uma possibilidade, entre outras diferentes, de caracterização da ciência. Poder-se-ia, por exemplo, apontar como marcas fundamentais do empreendimento científico: a busca de precisão, a mensuração e a experimentação como procedimentos para produção de conhecimento, a utilização de modelos lógico-matemáticos na construção e expressão do conhecimento, a verificabilidade do conhecimento produzido, a falseabilidade do conhecimento produzido, a satisfação da curiosidade humana, enquanto tal, como fonte da produção de conhecimento, a compreensão dos fenômenos como fruto da intuição ou da inteligência humana ou, ainda, o conhecimento como fruto de uma capacidade interpretativa. Estas outras possibilidades, consideradas isoladamente ou

combinadas entre si, podem ser tomadas por, ou defendidas como características fundamentais da ciência em algum momento da história ou por grupos de indivíduos em diferentes períodos. Entretanto, mesmo sem discutir sua validade, estas não se constituem em marcas que permitem abordar a história da produção científica porque assumir qualquer uma delas significaria eliminar, desta história, todas as alternativas diferentes que, eventualmente, tenham sido produzidas ou, até mesmo, desconsiderar períodos históricos nos quais o conhecimento produzido não apresentava a (s) característica (s) assumida (s) como fundamental (is).

Reconhecer a ciência como tentativa de explicar racionalmente os fenômenos, ao contrário, vincula-se à perspectiva de assumir a ciência como atividade humana que se desenvolve a partir das primeiras tentativas do homem de conhecer o mundo à sua volta, de nele intervir, e que está presente em toda história humana, fazendo parte integrante dela, desde o momento em que este conhecimento, de uma origem prática, passa a ser elaborado com algum grau de abstração. Ao mesmo tempo, vincula-se à perspectiva de assumir a ciência como uma atividade humana que



não permanece idêntica, porque é historicamente determinada, que é produto do homem em condições históricas dadas, que se transforma à medida que o homem se transforma e que simultaneamente, interfere na própria história. Não será demais enfatizar que, se dentro desta alternativa a ciência pode ser discutida no decorrer da história humana, nem por isso ela passa a ser uma alternativa universalmente aceita, uma vez que, por definição, ela implica assumir o homem e seus produtos como determinantes e determinados por condições históricas concretas.

Deste ponto de vista, torna-se necessário, para compreender a ciência hoje, recuperar sua história, reconhecer em sua historicidade as raízes que originam e determinam o movimento que hoje lhe é peculiar, e mais, buscar neste movimento a construção da própria história – reconhe-

cer a ciência como construção que é infinita e que pode ser direcionada a partir do conhecimento de seus determinantes; compreender a ciência em sua própria história implica, assim, a possibilidade de compreendê-la hoje e a possibilidade de dar uma direção à construção de seu futuro.

O exame destes determinantes conduz às condições materiais que, em cada momento, ao configurar uma determinada sociedade, caracterizam o viver do homem e conduz, também às condições decorrentes do desenvolvimento do próprio conhecimento, que, ao ser produzido, gera novas questões porque aponta os seus limites, permitindo descortinar os problemas e as alternativas existentes na explicação dada e revelando o que ainda não é conhecido. ■



Espaços públicos de lazer e cidadania

Carlos Rodrigues Brandão

Iniciarei contando uma parábola e, após, uma metáfora, porque ambas tratam de algo que alguns estudiosos acreditam que já esteja acontecendo na atualidade, mas que ainda não está plenamente compreendido. Partirei destas duas narrativas para traçar algumas considerações sobre o cenário e os atores do que nos importa a que, nos seus jogos e ritos. Mas tratarei mais especificamente dos cenários onde ocorrem nossas questões, isto é, a relação entre espaço, posição privada e pública do clube do lazer e da cidadania, realizada através dessa relação.

Parábola:

Imaginem dois homens filmando com uma máquina de VT um belíssimo pôr-de-sol.

Maravilhados com o espetáculo, de repente, após um tempo de filmagem, um dos homens diz ao outro: - Bom, agora que já filmamos bastante vamos para casa porque eu estou louco para ver isso no VT.



Metáfora:

Alguns estudiosos – considerando sobretudo a sociedade americana – falam de uma medievalização, de um recastelamento da vida social urbana. Daquilo que poderia estar começando a ocorrer, sobretudo nas grandes cidades, com a construção de altos muros, porteiro eletrônico, ou seja, toda uma engenharia destinada a controlar a presença do outro, provocando um distanciamento entre as pessoas, sem que seja necessário sequer o confronto cara-a-cara entre o dono da casa e o que chega.

Há, nesse distanciamento, a possibilidade de, a partir de uma seleção, despachar os indesejáveis, reduzindo assim cada vez mais o número de pessoas que podem sair do espaço público, como a rua e a praça e adentrar no espaço privado, cada vez mais privatizado, da casa.

Mas, mais do que esse aparato de



proteção, há uma série de conquistas tecnológicas, embora desafiadoras numa direção e perigosas na outra, que de uma maneira muito ilusoriamente gratificante cria a possibilidade de que, por exemplo, uma família se feche aos seus reais próximos – vizinhos, comunidade – e entre em relação com os próximos distanciados, os quais são colocados dentro de uma casa através de uma tela de televisão, por carta de fax e muitas outras parafernálias.

Observem o que já existe à disposição, inclusive em países do terceiro mundo, como o Brasil. O que nós poderíamos estar descortinando daqui a pouco tempo é oposição entre a periculosidade do *lugar público* – praças, ruas – e a segurança refugiada do *lugar privado* cada vez mais construído artificialmente para ser encastelado, trancado, porém aparelhado de fax, VTs com antenas parabólicas, as quais permitem, seletivamente, colocar à minha volta apenas o que eu quero, o que eu escolho como informação e desejo de vivência.

Imaginem o mundo em que eu posso não apenas afastar-me da convivência com as pessoas da vida real, cotidiana, como também comunicar-me



com meus “iguais virtuais” de classe, de extração intelectual, espalhados em diversos países da Europa, de outros continentes ou pelo Brasil, distantes mas presentificados pela mediação de uma aparelhagem que está a meu dispor.

Dessa metáfora e dessa parábola há algumas pequenas conclusões que penso serem úteis para reflexão a respeito da relação entre cidadania e espaço.

Em ambos os casos supracitados, há uma espécie de realização da experiência da vida através da mediação de uma tecnologia que, em si mesma, é muito inovadora e desafiadora, visto que ela aponta para horizontes infindos, onde o perigo está justamente no deslocar para a excelência da perfeição de um equipamento o efeito e o sentido do próprio trabalho e da própria ética da convivência.

Em ambos os casos há, também, um evidente deslocamento do real, isto é, da experiência concreta para a imagem. De repente o próprio real só pode ser acreditável se transformado numa imagem. Por outro lado, tanto na parábola como na metáfora há uma espécie de “descompromisso por seletividade”, “descompromisso seletivo”; ou seja, quanto mais poderes de mediação hou-



ver entre eu e o outro, ou entre eu e o espaço de encontro com os outros, tanto mais posso, a meu bel-prazer, produzir formas de seletividade que poderiam chegar a extremos.

Todos conhecem, por exemplo, a diferença entre um bairro rural, um arraial mineiro, onde as pessoas além de se inter-relacionarem têm os seus laços de parentesco, de compromissos de trabalho, de religião, etc; onde se interconvivem na experiência do cotidiano, e uma cidade grande. Quem conviveu com uma cidade como Brasília, sabe como lá é possível você morar numa daquelas super quadras e não manter relações com ninguém, tendo sua vida absolutamente privada, relacionando-se apenas com pessoas selecionadas, escolhidas como um gesto rigorosamente individual.

Ainda há nos casos citados, embora mais inocente na parábola do que na metáfora do encastelamento, uma espécie de intenção de tornar privado o que pode ser público. O público, aqui, sendo usado no bom sentido, ou seja, no sentido ancestral da palavra, no sentido de coletivo, de co-participação. Essa possibilidade de me encastelar e colocar dentro do meu mundo, através de um mecanismo de manipulação, as imagens, as vozes de quem eu quero, na situação em que eu quero - e aí está o efeito perverso

desses limites da tecnologia - gera um super individualismo na experiência do mundo, quando ela se transforma numa espécie de rede à distância de super individualização mediatizada por aparelhos. Eu não me relaciono mais com as coisas do mundo, com as cachoeiras, com belezas reais do real, com os pores-dosol, com aqueles espaços concedidos sobretudo pela natureza, assim como também não me relaciono mais com as pessoas. Mas, através da invenção tecnológica, posso tê-las, às pessoas e à natureza, repetidamente quantas vezes quiser, e nunca de uma forma pessoal e experimental mas, sim, dentro de uma relação de posse.

Ainda dentro dessa relação entre cenário e cidadania existe a questão de como os povos do terceiro mundo, em especial o povo brasileiro, lidam com os espaços públicos, tidos como não privados, ou seja, com tudo aquilo que está além dos portões das casas - quando alguém tem a felicidade de ter, pelo menos, uma casa onde há, pelo menos, um portão.

O antropólogo, Roberto da Matta, explora esta questão em um livro seu, constatando que há uma espécie de selvageria coletiva, com o descomprometimento absoluto, no caso brasileiro, contudo o que é extramuro, extraprivado. Quem esteve em países da Europa - a Suíça po-



deria ser um exemplo extremamente eloqüente - pôde observar que há nesses países uma diferença fundamental e visível da maneira como eles lidam com o extraprivado, com as praças, os jardins, os parques públicos, e como os brasileiros tratam este extramundo privado aqui no Brasil. Muitas vezes nos espantamos com os chamados vandalismos que ocorrem aqui no Brasil nas praças, nos parques, nos jardins públicos. Há um descaço exagerado com muitos desses espaços públicos. O que é importante observar é que o tratamento dispensado pelas pessoas a essas "coisas públicas" é algo realizado na cultura, internalizado como cultura subjetiva.

Uma das respostas para essas diferenças no tratamento do extramundo privado pelos diversos povos estaria no fato de que estes países que chegaram socialmente a um momento mais elaborado de afirmação da cidadania desdobram três categorias onde nós, do terceiro mundo, desdobramos apenas duas categorias na geografia social dos espaços urbanos. Em um país como a Suíça, ou a Suécia, existe um domínio da *privacidade* da casa, do terreno, do automóvel que é propriedade de alguém. Existe ainda um domínio daquilo que é *público* e um outro domínio daquilo que é do *governo*. Uma praça é pública. Ela não é do governo e se o governo quiser construir um aeroporto militar ou uma prefeitura naquela

praça ele terá que comprar o terreno da praça da comunidade. Tanto assim que se declare algo como "propriedade do governo dos Estados Unidos" quando algo foi adquirido pelo estado, por oposição a algo que não pertence nem ao sr. John e nem ao governo, mas pertence à "comunidade da cidade". Se foi comprado pelo estado, o estado pagou pelo terreno da praça, e aí sim "aquilo" pertence ao estado.

No Brasil, de uma maneira muito evidente, as atitudes das pessoas frente aos espaços públicos como posse do governo são algo que existe internalizado em todos nós. A percepção comum entre nós é assim: "aquilo que é público não é meu e mesmo que também não seja efetivamente do estado é uma *questão dele...*".

Então toda essa política de esporte, cultura e lazer é a representação da reconquista cidadã do direito à afirmação generosa da gratuidade: gratuidade para com os elementos da natureza; de ociosidade sadia. E incorpora a esses elementos o da possibilidade de reverter o esforço físico para mim mesmo, e não para agência ou entidade para quem trabalha.

Assim é oportuno pensar o esporte como encontro de pessoas, de corpos e espírito, também no fato de que a prática do esporte está não na *produção de algo* mas no próprio encontro de sujeitos. O



sentido da prática do esporte não está no “fazer para” mas no “fazer em”. O que realmente é gratificante no lazer não é apenas aquilo que nele é gostoso, mas aquilo em que ele é algo que sei que estou vivendo generosamente, pois ainda que eu esteja de um lado da quadra e meu antagonista de outro, eu compartilho com ele uma experiência com sentido e do sentimento nela mesmo. Ela é a realização prazerosa de algo que tem valor em si e não para outro fim.

Há, ainda, um outro sentido fundamental em toda a prática de lazer. Ela é este dado político e cidadão de uma conquista dos espaços e da experiência do nós. (...)

Acredito que um trabalho realizado através do lazer tem que impor ao público, ao Estado, ao poder, não só os espaços destinados ao esporte como também aqueles espaços de experiência da convivência solidária, para que as pessoas saiam de casa, da frente da televisão e participem também da vida nesses lugares da comunidade. Locais de experiência comunitária da cidadania. Da negação enfática do egoísmo, do individualismo. Lugares da retomada solidária do “público” como “comunitário”. Locais que mesmo quando construídos pelo poder do estado, são nossos e são da nossa responsabilidade, para preservar e para usufruir. ■

Carlos Rodrigues Brandão é antropólogo social, leciona Ciências Sociais na Unicamp/Campinas. Trechos extraídos de artigo publicado na revista Paixão de Aprender nº 4, p.26-29.

1) Após a leitura do texto, analise e escreva sobre as afirmações do autor:

“...Eu não me relaciono mais com as coisas do mundo... com as belezas reais do real... não me relaciono mais com as pessoas... Através da invenção tecnológica, posso tê-las, às pessoas e à natureza... dentro de uma relação de posse”.

2) A partir das figuras de linguagem apresentadas pelo autor: metáfora e parábola, crie uma metáfora e uma parábola com o tema: Espaço.

3) Liste os espaços que você considera públicos em seu bairro ou cidade. Agora, lembre-se e descreva: quantas vezes e como você frequentou esses espaços?



A bomba suja

Ferreira Gullar

Introduzo na poesia
a palavra diarréia.
Não pela palavra fria
Mas pelo que ela semeia

Quem fala em flor não diz tudo.
Quem me fala em dor diz demais.
O poeta se torna mudo
sem as palavras reais.

No dicionário a palavra
é mera idéia abstrata.
Mais que palavra, diarréia
é arma que fere e mata.

Que mata mais do que a faca,
mais que bala no fuzil,
homem , mulher e criança
no interior do Brasil.

Por exemplo, a diarréia,
no Rio Grande do Norte,
de cem crianças que nascem,
setenta e seis leva à morte.

É como uma bomba D
que explode dentro do homem
quando se dispara, lenta,
a espoleta da fome.



É uma bomba-relógio
(o relógio é o coração)
que enquanto o homem trabalha
vai preparando a explosão.

Bomba colocada nele
muito antes dele nascer;
que quando a vida desperta
nele, começa a bater.

Bomba colocada nele
pelos séculos de fome
e que explode em diarreia
no corpo de quem não come.

Não é uma bomba limpa:
é uma bomba suja e mansa
que elimina sem barulho
vários milhões de crianças.

Sobretudo no nordeste
mas não apenas ali
que a fome do Piauí
se espalha de leste a oeste.

Cabe agora perguntar
quem é que faz essa fome,
quem foi que ligou a bomba
ao coração desse homem.



Quem é que rouba a esse homem
o cereal que ele planta,
quem come o arroz que ele colhe
se ele o colhe e não janta.

Quem faz café virar dólar
e faz arroz virar fome
é o mesmo que põe a bomba
suja no corpo do homem.

Mas precisamos agora
desarmar com nossas mãos
a espoleta da fome
que mata nossos irmãos.

Mas precisamos agora
deter o sabotador
que instala a bomba da fome
dentro do trabalhador.

E sobretudo é preciso
trabalhar com segurança
pra dentro de cada homem
trocar a arma da fome
pela arma da esperança.



Tempo: rapidez ou lentidão?

Rodrigo Gurgel

Sob certos aspectos, o tempo não é diferente do espaço. Na verdade, ambos são inseparáveis e só tratamos dos dois em textos diversos para facilitar a sua compreensão.

Assim como o espaço, o tempo é um conceito que utilizamos para definir e explicar nossas vidas. Quando falamos em espaço, como vimos, nos referimos ao meio, ao lugar material onde se dá a possibilidade dos mais variados eventos. Quando falamos em tempo, buscamos entender o transcurso, a sucessão dos eventos e a sua trama, desencadeados no espaço. Somando os dois – ou melhor, sobrepondo os dois –, temos o **mundo**, que é o resultado, a síntese dos eventos que transcorrem e dos lugares que acolhem os fatos.

Se queremos compreender essas três categorias – tempo, espaço e mundo –, precisamos entendê-las, antes de mais nada, como realidades históricas e não apenas como conceitos perdidos em nossas mentes, impossíveis de serem medidos. Assim,

nosso ponto de partida deve ser a sociedade humana, realizando-se e procurando continuamente realizar-se, sempre através de uma base material na qual se encontram o espaço, o tempo e suas diferentes utilizações.

Houve uma época, na história humana, em que o tempo não era medido. Pelo menos, não da forma como estamos acostumados nos dias de hoje. As marcações do tempo faziam parte da natureza e os homens mediam o tempo através do movimento dos astros, da variação das temperaturas ou observando as outras manifestações que ocorrem na natureza ao sabor das estações. Demorou muito até que o badalar dos sinos da igreja e, depois, o apito da fábrica viessem coordenar a vida das comunidades...

De qualquer forma, a história tem demonstrado o quanto as qualidades objetivas e os significados de tempo e espaço se modificam, estruturando não somente nossa representação do mundo, mas a nós mesmos, que organizamos – ou nos deixamos organizar – de acordo com essa representação.





Ora, se o domínio do espaço reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos se utilizam do mesmo espaço em benefício próprio, esquecendo-se das comunidades que ali vivem, o mesmo se dá com o tempo. “Tempo é dinheiro”- quem já não ouviu ou falou esta máxima? Assim, todo o sistema produtivo de mercadorias, industriais ou não, está organizado, em todo o seu processo, visando espremer o tempo dos que trabalham, retirando dele o máximo de lucratividade.

No início da chamada Revolução Industrial – seu professor pode lhe explicar o que é isso – os operários, mulheres e crianças, inclusive, eram obrigados a trabalhar até o limite da exaustão e, de lá para cá, a exploração do tempo dos trabalhadores tem sido uma constante em relação aos empresários, seja reorganizando e acelerando a linha de produção nas fábricas, seja substituindo, parcialmente, os trabalhadores por robôs, seja condenando o trabalhador a perder os melhores anos de sua vida entre o trabalho e as longas horas que passa locomovendo-se entre sua casa e o serviço, impedindo-o, assim, de se dedicar a qualquer outra atividade, a não ser ao trabalho.

Não tenhamos dúvidas: é o domínio do tempo de trabalho dos outros o que

dá aos patrões o poder de se apropriar dos lucros da produção para si mesmos, oferecendo uma mínima parte desses ganhos como salários aos seus empregados.

O tempo dos empresários parece ser diferente do tempo dos trabalhadores, não é mesmo? Não podemos falar de um tempo único, igual para todos. Grupos, instituições, indivíduos convivem juntos, mas não praticam os mesmos tempos. Estradas e ruas não são percorridas igualmente por todos. Frente às mesmas experiências, cada um de nós se comporta com um ritmo – um tempo – próprio, particular.

E, apesar de, cada vez mais, ouvirmos falar em mundialização ou globalização, com certeza nunca haverá um tempo mundial. Nosso mundo, nosso mundo concreto, imediato, permanece sendo a cidade, o nosso espaço, o nosso território. É a partir daqui que percebemos o movimento, o transcórre do mundo e o interpretamos, como grupo, classe social ou indivíduos.

É certo que, cada vez mais, a velocidade parece impor-se como potência, como força. Tudo o que nos rodeia está cada vez mais rápido. Contudo, apenas parte da cidade vive sob o império da velocidade – das



imagens, da propaganda, da informação –, enquanto a outra, mais lenta, vive sob um outro tempo, também mais lento, longe dos efeitos da rapidez. Os que vivem sob o tempo acelerado parecem ser mais fortes, mas eles, que podem percorrer a cidade com rapidez, acabam por ver pouco dela. Sua comunhão com as imagens que rodeiam sua vida, quase sempre pré-fabricadas, é a sua perdição, segundo alguns estudiosos. Já os homens “lentos”, por sua vez, acabam descobrindo a mentira dessas miragens nascidas da velocidade e,

vivendo num tempo que lhes permite ver a cidade de perto, em seus detalhes, passam a compreender que podem transformar o cotidiano num lugar de ruptura, o lugar do novo, onde nada se repete. Para quem tem de descolar, todos os dias, a sobrevivência, a cidade torna-se o lugar das descobertas...

Para aqueles mesmos estudiosos, uma nova forma de solidariedade pode nascer desse tempo lento das cidades e passar a desafiar a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade. ■

*Rodrigo Gurgel é ensaísta, colaborador da Escola Sindical São Paulo – CUT.
Texto elaborado para o Programa Integrar CNM/CUT*

Bibliografia:

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo* (Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional). São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

Entrevistas do geógrafo Milton Santos às revistas: *Carta Capital* (14 de outubro de 1998); *Caros Amigos* (agosto de 1988); e *Revista Sesc* (julho de 1998).



O retorno de José: uma história brasileira

Jorge Mattoso

José tinha 14 anos quando desembarcou de um *pau-de-arara* com sua família, no início dos anos 60, em São Paulo. Sua trajetória foi semelhante à de tantos outros brasileiros que vieram para o Sul atrás de trabalho. E o encontraram rapidamente.

Mesmo com poucos anos de escola, José logo começou a trabalhar. Inicialmente na construção civil como ajudante, depois como pedreiro. Ele viu os primeiros movimentos da ditadura militar enquanto levantava paredes, com os olhos assustados de quem ainda não se habituara com a *selva* da cidade grande. Não entendeu direito porque aconteceu o golpe militar, nem o que tinha perdido com isso.

Ainda em São Paulo, um amigo lhe ofereceu um emprego em uma metalúrgica no bairro do Brás. Era uma pequena empresa, mas o trabalho menos penoso que na construção e o salário um pouco maior. No entanto, José lia nos jornais afixados nas bancas que as



grandes empresas construtoras de automóveis, que haviam chegado à região da Grande São Paulo pouco antes que ele do Nordeste, continuavam a contratar peões e trabalhadores especializados. Resolveu fazer um curso no SENAI (Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial) e, depois, foi direto trabalhar em uma grande montadora na região do ABC paulista. Chegando ao ABC, casou-se com Mercedes em 1970. Ela ficou tomando conta da casa, que lentamente construíram, e dos três filhos que tiveram. Conjuntamente com outros colegas, José sindicalizou-se e compreendeu – primeiro na fábrica e no sindicato e, depois, no partido que ajudou a cuidar - o

significado da ação coletiva e a importância da democracia para os trabalhadores que desejam uma sociedade mais justa e humana. Mercedes ajudou em todos os momentos, a partir de sua inserção em movimentos eclesiais de base e de esquerda. Participaram jun-



tos das greves que pipocaram no ABC no final da década de 1970 e das lutas pela democratização da economia e da sociedade (contra a carestia, a recessão e pelas Diretas Já).

José e Mercedes olhavam com satisfação seus filhos crescerem com a possibilidade de estudar, abrindo melhores oportunidades de vida e trabalho do que eles haviam tido no passado. No entanto, José e Mercedes olhavam com misto de apreensão e alegria os descaminhos da política brasileira, que aprenderam a desvendar com a atividade coletiva no sindicato e no partido. De apreensão porque o fim da ditadura militar havia ocorrido sem maiores rupturas, legando à recente democracia uma extraordinária crise da dívida externa¹, inflação crescente, paralisia econômica e a permanência no poder dos mesmos de sempre. De alegria, porque viam que o Brasil, ainda que sem um claro projeto alternativo, havia na década de 1980 resistido às políticas neoliberais e preservado as estruturas produtivas da indústria e do mercado de trabalho. Mais ainda, porque viam seu partido crescer e consolidar a candidatura de outro trabalhador à presidência do Brasil, nas primeiras eleições livres a serem realizadas no País, em novembro de 1989. E, assim poderia o Brasil, finalmente, aliar crescimen-



to econômico a justiça social e distribuição de renda.

Poucos dias antes do segundo turno das eleições presidenciais de 1989, não se sabe ainda por quê José adormeceu e não mais despertou. Ficou assim quase dez anos quando, também sem se saber por quê, despertou sem alvoroço, de mansinho, como se nada tivesse passado em uma manhã de maio de 1999. Mas neste meio tempo muita coisa nova tinha se passado com o Brasil e com a família de José. Seu *retorno* foi intensamente festejado por sua mulher, por seus filhos e também pelos netos, familiares e amigos. Só depois das festas é que José foi se dando conta que parecia estar em outro mundo. Dez anos haviam se passado, mas não quaisquer dez anos.

O que primeiro chocou José foi a situação de sua família. Ele sempre havia acreditado que não poderia haver problema de emprego para seus filhos. Se ele - retirante nordestino e com poucos anos de escola - havia conseguido uma posição muito melhor do que seu pai, era natural para ele que seus filhos, com o estudo que tiveram, pudessem superar a sua situação.

Mercedes havia segurado a barra estes anos todos. A pensão de José só saiu algum tempo depois de seu *adormecimento*, e foi se corroendo ao



longo dos anos pelos ajustes que atingiram a Previdência. Mercedes sempre foi uma leoa e a duras penas manteve a casa (com manutenção precária, é verdade, para não dizer que quase caía aos pedaços quando José retornou) e os filhos na Escola.

Fazia doces e vendia para os numerosos bares que abriam e fechavam no bairro com a mesma velocidade com que os colegas mais novos de José foram sendo demitidos das fábricas da região.

Os seus colegas mais velhos haviam conseguido se aposentar, mas tinham que, de alguma forma, buscar uma complementação de renda. Trabalhavam como taxistas, em botecos, vendiam suco ou o que pudessem. Porém, o que mais impressionou José é a situação dos que haviam sido demitidos com cerca de quarenta anos de idade. Ainda distantes da aposentadoria e sem trabalho fixo - e com poucas perspectivas de conseguir na profissão em que haviam sido treinados -, muitos deles, com o esgotamento do precário seguro-desemprego e de suas poupanças, perderam a esperança e foram se somar aos milhares de indivíduos que perambulam sem destino pelos grandes centros urbanos.

Seus três filhos terminaram a faculdade e casaram. O mais velho, que sempre ajudara a mãe com os doces,

conseguiu com esforço terminar o curso de engenharia elétrica e parecia encaminhado com o emprego que havia conseguido em uma grande multinacional. No entanto, um dos tantos processos de reengenharia cortou pela metade os postos de trabalho, entre os quais o dele. Vivia agora de bicos, de trabalhos temporários em pequenos projetos conseguidos por um amigo que ainda trabalhava em um escritório de engenharia. Sua esposa trabalhava como jornalista *free lance*. Sem garantia de renda e sem contribuir para a Previdência, não iriam poder contar com a aposentadoria. Apesar de o casal, às vezes, obter uma renda razoável, a instabilidade os obrigou a ficar com os dois filhos pequenos na casa de Mercedes e José.

A menina do meio, formada em computação, havia sido casada com um operário especializado de uma montadora, como seu pai. José teria tido prazer em conhecê-lo, mas seu casamento não suportou o desemprego do casal e o marido foi tentar a vida em outra cidade. Com a privatização da estatal em que trabalhava, foi demitida. Hoje, com ajuda de Mercedes, ela toma conta do filho e, com seu computador, tem conseguido algum trabalho em domicílio. No domicílio de José e Mercedes. Como seu irmão, tem um tí-





pico trabalho precário, não tem renda garantida e não contribui para a Previdência.

O filho mais novo de José se formou em economia há três anos e ainda não conseguiu emprego. Depois de alguns estágios realizados em empresas adquiriu experiência, mas não o suficiente, como se afirma no mercado de trabalho. É casado com uma bancária, que vem assegurando o sustento do casal e da filha no interior.

O retorno de José tem sido difícil. É difícil entender o que aconteceu. Ele sabe que sua família manteve-se unida e íntegra graças à garra de Mercedes durante todos esses anos. Mas não entende o que houve. Nem percebe a dimensão da gravidade do problema social vivido pelo País, com a profunda desestruturação produtiva² e os recordes históricos de desemprego e precarização das condições³ e relações⁴ de trabalho.

Com seus amigos sindicalistas, aposentados, desempregados ou não, e com sua família, tenta entender o que se passou nesta década de 1990. Ele se lembra de que pouco antes de *adormecer* falou-se na década de 1980 como uma década perdida. Mas como agora foi ficar muito pior, mais perdida ainda? Ele se lembra das esperanças depositadas pelos trabalhadores brasileiros na candidatura de um presidente trabalhador. Mas agora vê desânimo e desesperança, resultantes dessa desestruturação econômica, social e fa-

miliar que sucedeu à vitória de Collor e, depois, de Fernando Henrique Cardoso. Lembra-se do sociólogo encantador e bem falante que ele chegou a admirar durante o período de combate à ditadura. Mas com ele chegou a se aliar aos seus próprios verdugos para desestruturar a produção e o emprego nacional, para desmontar a nação em tão poucos anos? ■

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90*, p. 5-8. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

¹ Com a elevação dos juros norte-americanos em 1979 e a posterior retração dos fluxos financeiros internacionais, o Brasil viu-se diante de uma crise que se estendeu pela década de 1980. As opções de política econômica adotadas (maximizando as exportações e retraindo o mercado interno) visavam assegurar o pagamento da dívida externa. O resultado foi uma década de estagnação e elevada inflação, sendo que o país, de absorvedor de recursos externos tornou-se um exportador líquido de divisas.

² Joseph Schumpeter, economista austríaco, apontou para a dialética capitalista da destruição criadora. No Brasil, da década de 1990, o saldo entre a destruição e a criação de empresas, setores, produtos e empregos tem sido claramente favorável à primeira, resultando em um processo de desestruturação produtiva.

³ Precarização das condições de trabalho - Aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria.

⁴ Precarização das relações de trabalho - processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais.



Capitão de Indústria

Marcos Valle/Paulo Sergio Valle

Eu às vezes fico a pensar
Em outra vida ou lugar
Estou cansado demais

Eu não **tenho tempo de ter**
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
É quando eu me encontro perdido
Nas coisas que eu criei
E eu não sei
Eu não vejo além da fumaça
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas

Eu acordo p'rá **Trabalhar**
Eu durmo p'rá **Trabalhar**
Eu corro p'rá **Trabalhar**

Eu não tenho tempo de ter
O Tempo livre de ser
De nada ter Que Fazer
Eu não vejo além da fumaça que passa e polui o ar

Eu nada sei
Eu não vejo além disso tudo
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas



As mudanças no sistema das relações de trabalho

Cláudio Dedecca

Há um processo de mudança no cenário internacional, e também no Brasil, nos sistemas nacionais de relações de trabalho. Esse processo de mudança completa quase vinte anos. Há quase vinte anos diversos países, eu diria capitalistas, vem conhecendo alterações nesses sistemas. Entretanto, apesar do longo período de mudança, continua-se acusando os sistemas nacionais de relações de trabalho de sistemas pouco flexíveis, que determinam a reprodução da crise do capitalismo no contexto atual.

O cenário brasileiro

A experiência brasileira é de um sistema de relações de trabalho extremamente frágil. Frágil em grande medida porque houve momentos em que nós poderíamos ter montado um controle sindical do Estado, mais efetivo, sobre o uso do trabalho por parte das empresas, mas a ação política foi coibida. Nós temos um grande problema que é toda uma legis-

lação e um controle público do Estado montado nos anos quarenta e que define estruturas de relações de trabalho. Agora, o nosso grande problema não foi esse. O nosso grande problema foi que em momentos decisivos, particularmente na década de sessenta, quando o movimento sindical desenhava o rompimento

com a estrutura sindical e com a forma de estruturação das relações de trabalho prevaescentes no país, o movimento sindical foi fortemente reprimido. Isto é, quando o mercado de trabalho era favorável à estruturação do movimento sindical veio um governo ditatorial e coibiu completamente a ação do movimento sindical, no sentido de transformar o sistema de relações de trabalho e deu maior controle privado, maior controle do uso do trabalho por parte das empresas.

Quando esse governo enfraquece, na segunda metade dos anos setenta, também a economia entra num movimento de



crise, num movimento de crise que joga contra a ação sindical. Os sindicatos não foram mais fragilizados pela crise em decorrência do movimento de democratização do país. A democratização, na verdade, favoreceu a ação sindical. Pelo menos isso eu não tenho dúvida que tenha ocorrido.

Nos anos oitenta, vivemos uma situação de impasse. Ao mesmo tempo que se avança na questão política há pouco avanço em termos de reformas estruturais. E as reformas estruturais que vão ocorrendo no mundo do trabalho estão escritas na constituição de 1988, essa constituição amarra questões novas a questões antigas não resolvidas.

E mais do que isso, um ano depois de promulgada a constituição de 1988, nós temos a primeira eleição presidencial do país, que é uma eleição que define, vamos chamar assim, os acúmulos da reorganização da sociedade brasileira nos anos noventa. Uma eleição que define o rumo, que opta pelo enquadramento do Brasil às tendências internacionais. O enquadramento a uma economia mais aberta, mais financeirizada, e que não prioriza o emprego e as questões sociais.

Eu acabei de fazer um trabalho e fiquei assustado com os resultados. O emprego industrial no Brasil, em 1998, é cinquenta por cento do emprego indus-



trial de 1989. Os salários em 1998, são trinta por cento menores do que os salários de 1989. E a participação da massa salarial no produto industrial é vinte e três por cento menos do que era em 1989. Isto é, em dez anos, existe o claro empobrecimento dos trabalhadores em termos de emprego, de salário, de participação dos salários no produto industrial.

Internacionalização

É nessa conjuntura que nós vamos discutir a mudança do padrão de relações de trabalho no Brasil. Um padrão em que o mercado de trabalho se deteriora em termos de emprego e de renda. Esse contexto significa um rompimento do tecido



industrial, do tecido econômico e da estrutura produtiva nacional marcado, por um lado, pelo desmonte de segmentos importantes da estrutura produtiva e, por outro lado, por um processo brutal de internacionalização da economia brasileira.

Nessa discussão, eu gosto de dar o exemplo do leite. Em três anos, nós deixamos de consumir o leite em saquinho, e passamos a consumir o leite em caixinha. A velocidade em que isso ocorreu foi um negócio espantoso. E por que passamos a consumir o leite em caixinha e deixamos de produzir o leite em saquinho? Por causa de uma mudança tecnológica na produção do leite? É verdade. Isso ocorreu, mas não é só por isso. Em primeiro lugar, o leite longa vida permite que a usina de processamento de leite aceite o leite com variação do pH muito maior que o leite produzido em saquinho. Por quê? Porque o sistema estabiliza o pH do leite, a acidez do leite, segundo determinado padrão necessário. Em segundo lugar, a empresa que distribui leite, não precisa ter uma frota de caminhão que distribua todo dia. Agora ela passa com o caminhão uma vez por semana, entrega o leite e não tem que voltar para pegar a caixa. Então, tem várias vantagens.

Ademais, a razão pela qual você substituiu o leite em saquinho pelo leite

de caixinha, deve-se ao fato de que a produção de leite no estado de São Paulo, que era predominantemente nacional, hoje passa a ser feita principalmente por empresas internacionais: Parmalat, Nestlé da vida e companhia limitada. E a tecnologia empregada pela Parmalat e pela Nestlé, não é de leite *in natura*. É tecnologia do leite em caixinha. Motivo pelo qual, você transforma o modo de consumir leite no país. Não por causa da tecnologia, mas da internacionalização do setor.

Toda fabricação de biscoitos no Brasil era de empresas nacionais. Hoje, toda produção de biscoitos está nas mãos, também, de meia dúzia de empresas, três empresas multinacionais: Parmalat, Nestlé e Danone.

Ao mesmo tempo em que no mercado de trabalho temos uma fragilização em termos de emprego e salários, há um processo de internacionalização da economia. E esse processo de transformação obriga o setor produtivo nacional, o comércio nacional, a constituírem uma rede produtiva, e essa empresa nacional constituirá parte dessa rede internacional.

Flexibilização de horas e de salários

A revelia da legislação existente adotou-se o banco de horas, a flexibilização da jornada de trabalho, que nada mais é

do que uma adaptação, uma forma de gestão da jornada de trabalho própria a cada uma das empresas.

O governo, por um Decreto Lei, legitima a flexibilização do salário, por um Decreto Lei estabelece a participação nos lucros e resultados. Assim também vai flexibilizar a norma pública de remuneração de trabalho. Características de mudanças, que existiam no cenário internacional, chegam no Brasil num sistema de relações de trabalho profundamente flexibilizado. E aí, é essa a tendência que nós vimos observando nos últimos anos e dessa forma, proliferam-se também os acordos por empresa. Mantém-se acordos setoriais ao mesmo tempo que, após os acordos setoriais, os sindicatos vão negociando acordos com as empresas, esmiuçando ou

dando particularidades com acordos mais amplos, conforme as necessidades de cada uma das empresas com as quais se relaciona.

O governo atual e a perda de direitos

O Estado e particularmente o governo Fernando Henrique Cardoso, vai fazer uma proposta no sentido de adaptar a estrutura sindical à realidade de mercado. Com a proposta de mudança na estrutura sindical, na verdade, o Estado não quer a mudança da estrutura sindical, mas sim a flexibilização dos direitos sociais. Que direitos sociais são esses? Os direitos sociais que estão escritos no artigo 7º da Constituição brasileira, o direito de férias, licença maternidade, décimo terceiro salário,





enfim, todos os direitos que nós muito bem conhecemos.

De que forma o governo propõe fazer isso? O governo alega que é necessário adaptar a estrutura sindical ao novo padrão de relações de trabalho que o mercado vem impondo e que precisamos mudar e dar maior liberdade aos sindicatos de negociarem. Portanto, é necessário alterar e modificar o Artigo 8º da Constituição Brasileira. Pois bem, mas ele diz o seguinte: se eu mexo no Artigo 8º e dou liberdade aos sindicatos de se estruturarem e criarem seu campo de negociação, é necessário que eu dê aos sindicatos o que negociar. E, portanto, é necessário que eu flexibilize os direitos sociais que estão inscritos no artigo 7º, isto é, que o décimo terceiro salário, o direito de férias, da licença maternidade passem a fazer parte da pauta de negociação. De tal maneira que junto com a proposta, eu diria, falsa, fajuta e covarde do governo de mudança da estrutura sindical, o que se visa objetivamente é a flexibilização dos direitos sociais no sentido de ampliar o poder das empresas, de determinar um padrão de relações de trabalho, em que os direitos impostos socialmente sejam ainda menores no país. Essa proposta é uma adaptação às demandas das empresas para reduzir os custos num contexto de forte competição com concorrência internacional.

Nos anos 90, temos uma tendência de flexibilização que vai em direção à tendên-

cia internacional. Os sindicatos, por diversos motivos, são constrangidos a aceitarem de forma crescente as negociações e acordos em nível de empresas. E o Estado vem e diz o seguinte: vamos dar liberdade para os sindicatos negociarem. Isso sempre foi uma bandeira histórica do sindicato: a mudança da estrutura sindical. Agora, para nós mudarmos a estrutura sindical, é necessário fazermos o quê? Flexibilizar os direitos sociais. Porque afinal de contas, se vamos dar direito aos sindicatos negociarem seus direitos sociais básicos, então é necessário flexibilizar os direitos. O que significa isso? Significa que o décimo terceiro salário, o direito de férias e outros direitos sobre algumas características do contrato de trabalho vão ser determinados, entre empresas e sindicatos de maneira direta. E em que contexto? Num contexto de elevado desemprego e grande fragilidade dos sindicatos. Qual será a tendência na minha opinião? Será, na verdade, uma tendência de perda ainda maior de direito por parte dos trabalhadores. ■

Cláudio Dedecca é professor livre docente do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – Cesit e presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, gestão 97/99. É também autor dos seguintes livros: "Ocupação na América Latina, tempos mais duros", co-autoria de Nadia Castro e também "Racionalização e trabalho no capitalismo avançado", ambos de 1999.

O texto é uma transcrição de seminário promovido pela Escola Sindical São Paulo - CUT. Extraído de Debates & Reflexões nº 7, Parte 1, out/99.



mente o mundo, mas também a sua própria forma de ser e de se comportar.

Cada ser humano é, portanto, proprietário de uma parte da força de trabalho total da comunidade, da sociedade e da espécie. Força essa que se inclui numa categoria especial, diferente de todas as outras, pelo simples fato de ser **humana** (é um recurso exclusivo da nossa espécie). Assim, é impossível e inaceitável confundir essa força com qualquer outro meio existente de se executar tarefas, ainda que os patrões insistam em tratar o vapor, a energia elétrica, o cavalo, o diesel e a força humana como equivalentes, pois para eles o que interessa é apenas o resultado da produção, ou seja, os lucros.

O trabalho, em sua forma original, passou por séculos de transformação – das formas primitivas de artesanato e agricultura, até as corporações de ofício da Idade Média e os modernos sistemas fabris – atingindo o complexo sistema de exploração que hoje conhecemos.

Do século XIII, período no qual o capitalismo começou a ser gerado, até os dias de hoje, quando nos aproximamos do século XXI, o trabalho organizou-se, estruturou-se e alcançou níveis de especialização e lucratividade nunca imaginados. Os processos de trabalho, nos diferentes ramos da economia, têm sido incessantemente transformados pelos patrões, que

buscam sempre uma maior acumulação de capital. Para o trabalhador, que vende a sua força de trabalho, essas transformações nunca representaram algum tipo de melhoria ou ganho duradouro e significativo.

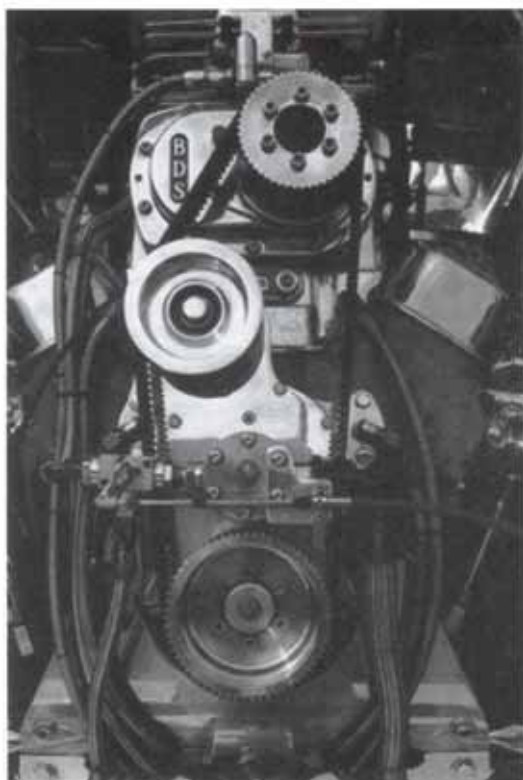
Pelo contrário, para ele, submetido às normas do capital, o trabalho está associado a sofrimento e dor, porque não é capaz de decidir sobre aquilo que faz nem sobre o destino daquilo que produz. O fruto do seu esforço é apropriado por outra pessoa, é apropriado pelo dono da fábrica, pelo proprietário dos meios de produção. O trabalhador não se reconhece naquilo que produz. O fruto do seu trabalho ganha vida própria, torna-se independente daquele que o criou. Assim, o trabalho deixa de ter significado e passa a oprimir o trabalhador. E aquele ato consciente, do qual falamos no início do texto, executado com o fim de transformar a natureza e resolver os problemas de sua existência, passa a ser um fardo para aquele que o realiza.

Se, num primeiro momento, ao vender sua força de trabalho para os patrões, o trabalhador é alienado do fruto do seu trabalho, mais tarde, quando os patrões aumentam seus lucros com a produção em massa e o trabalhador passa a apertar sempre os mesmos parafusos da linha de produção, ele é alienado da sua capacidade de criação. Assim, a alienação é aprofundada e ampliada, ganhando contornos científicos. É o que ocorreu com a adoção, nos

A máquina extraviada

José J. Veiga

Você sempre pergunta pelas novidades daqui deste sertão, e finalmente posso lhe contar uma importante. Fique o compadre sabendo que agora temos aqui uma máquina imponente, que está entusiasmando todo o mundo. Desde que ela chegou, não me lembro quando, não sou muito bom em lembrar datas, quase não temos falado em outra coisa; e da maneira que o povo aqui se apaixonou até pelos assuntos mais infantis, é de admirar que ninguém tenha brigado ainda por causa dela, a não ser os políticos.



A máquina chegou uma tarde, quando as famílias estavam jantando ou acabando de jantar, e foi descarregada na frente da Prefeitura. Com os gritos dos choferes e seus ajudantes (a máquina veio em dois ou três caminhões) muita gente cancelou a sobremesa ou o café e foi ver que algazarra era aquela. Como geralmente acontece nessas ocasiões, os homens estavam mal-humorados e não quiseram dar explicações, esbarravam propositalmente nos curiosos, pisavam-lhes os pés e não pediam desculpas, jogavam pontas de cordas sujas de graxa por cima deles, quem não quisesse se sujar ou se machucar que saísse do caminho.

Descarregadas as várias partes da máquina, foram elas cobertas com encerados e os homens entraram num botequim do largo para comer e beber. Muita gente se amontoou na porta mas ninguém teve coragem de se aproximar dos estranhos porque um deles, percebendo essa intenção nos curiosos, de vez em quando enchia a boca de cerveja e esguichava na direção da porta. Atribuímos essa esquiva ao cansaço e à fome deles e deixamos as tentativas de aproximação para o dia seguinte; mas quando os procuramos



de manhã cedo na pensão, soubemos que eles tinham montado mais ou menos a máquina durante a noite e viajado de madrugada.

A máquina ficou ao relento, sem que ninguém soubesse quem a encomendara nem para que servia. É claro que cada qual dava o seu palpite, e cada palpite era tão bom quanto outro.

As crianças, que não são de respeitar mistério, como você sabe, trataram de aproveitar a novidade. Sem pedir licença a ninguém (e a quem iam pedir?), retiraram a lona e foram subindo em bando pela máquina acima, até hoje ainda sobem, brincam de esconder entre os cilindros e colunas, embaraçam-se nos dentes das engrenagens e fazem um berreiro dos diabos até que apareça alguém para soltá-las; não adiantam ralhos, castigos, pancadas; as crianças simplesmente se apaixonaram pela tal máquina.

Contrariando a opinião de certas pessoas que não quiseram se entusiasmar, e garantiram que em poucos dias a novidade passaria e a ferrugem tomaria conta do metal, o interesse do povo ainda não diminuiu. Ninguém passa pelo largo sem ainda parar diante da máquina, e de cada vez há um detalhe novo a notar. Até as velhinhas de igreja, que passam de madrugada e de noitinha, tossindo e rezando, viram o rosto para o lado da máquina e fazem uma curvatura discreta, só faltam se benzer. Homens abrutalhados, como aquele Clodoaldo seu conhecido, que se exhibe derrubando boi pelos chifres no pátio do mercado, tratam a máquina com respeito; se um ou outro agarra uma alavanca e sacode com força, ou larga um pontapé numa das colunas, vê-se logo que são bravatas feitas por honra da firma, para manter fama de corajoso.

Ninguém sabe mesmo quem encomendou a máquina. O prefeito jura que não foi ele, e diz que consultou o arquivo e nele não encontrou nenhum documento autorizando a transação. Mas mesmo assim não quis lavar as mãos, e de certa forma encampou a compra quando designou um funcionário para zelar pela máquina.

Devemos reconhecer – aliás todos reconhecem – que esse funcionário tem dado boa conta do recado. A qualquer hora do dia, e às vezes também de noite, podemos vê-lo trepado lá por cima espanando cada vão, cada engrenagem, desaparecendo aqui para



reaparecer ali, assoviando ou cantando, ativo e incansável. Duas vezes por semana ele aplica caol nas partes de metal dourado, esfrega, esfrega, sua, descansa, esfrega de novo – e a máquina fica faiscando como jóia.

Estamos tão habituados com a presença da máquina ali no largo, que se um dia ela desabasse, ou se alguém de outra cidade viesse buscá-la, provando com documentos que tinha direito, eu nem sei o que aconteceria, nem quero pensar. Ela é o nosso orgulho, e não pense que exagero. Ainda não sabemos para que ela serve, mas isso já não tem importância. Fique sabendo que temos recebido delegações de outras cidades, do estado e de fora, que vêm aqui para ver se conseguem comprá-la. Chegam como quem não quer nada, visitam o prefeito, elogiam a cidade, rodeiam, negaceiam, abrem o jogo: por quanto cederíamos a máquina. Felizmente o prefeito é de confiança e é esperto, não cai na conversa macia.

Em todas as datas cívicas a máquina é agora uma parte importante das festividades. Você se lembra que antigamente os feriados eram comemorados no coreto ou no campo de futebol, mas hoje tudo se passa ao pé da máquina. Em tempo de eleição todos os candidatos querem fazer seus comícios à sombra dela, e como isso não é possível, alguém tem de sobrar, nem todos se conformam e sempre surgem conflitos. Mas felizmente a máquina ainda não foi danificada nesses esparramos, e espero que não seja.

A única pessoa que ainda não rendeu homenagem à máquina é o vigário, mas você sabe como ele é ranzinza, e hoje mais ainda, com a idade. Em todo caso, ainda não tentou nada contra ela, e ai dele. Enquanto ficar nas censuras veladas, vamos tolerando; é um direito que ele tem. Sei que ele andou falando em castigo, mas ninguém se impressionou.

Até agora o único acidente de certa gravidade que tivemos foi quando um caixeiro da loja do velho Adudes (aquele velhinho espigado que passa brilhantina no bigode, se lembra?) prendeu a perna numa engrenagem da máquina, isso por culpa dele mesmo. O rapaz andou bebendo em uma serenata, e em vez de ir para casa achou de dormir em cima da máquina. Não se sabe como, ele subiu à plataforma mais alta, de madrugada rolou de lá, caiu em cima de uma engrenagem e com o peso acionou as rodas. Os gritos acordaram a cidade, correu gente para verificar a causa, foi preciso arranjar uns barrotes e



labancas para dasandar as rodas que estavam mordendo a perna do rapaz. Também dessa vez a máquina nada sofreu, felizmente. Sem a perna e sem o emprego, o imprudente rapaz ajuda na conservação da máquina, cuidando das partes mais baixas.

Já existe aqui um movimento para declarar a máquina monumento municipal – por enquanto. O vigário, como sempre, está contra; quer saber a que seria dedicado o monumento. Você já viu que homem mais azedo?

Dizem que a máquina já tem feito até milagre, mas isso – aqui para nós – eu acho que é exagero de gente supersticiosa, e prefiro não ficar falando no assunto. Eu – e creio que também a grande maioria dos munícipes – não espero dela nada em particular; para mim basta que ela fique onde está, nos alegrando, nos inspirando, nos consolando.

O meu receio é que, quando menos esperarmos, desembarque aqui um moço de fora, desses despachados, que entendem de tudo, olhe a máquina por fora, por dentro, pense um pouco e comece a explicar a finalidade da máquina, e para mostrar que é habilidoso (eles são sempre muito habilidosos) peça na garagem um jogo de ferramentas, e sem ligar a nossos protestos se meta por baixo da máquina e desande a apertar, martelar, engatar, e a máquina comece a trabalhar. Se isso acontecer, estará quebrado o encanto e não existirá mais máquina. ■



Uma relação conflituosa

Jorge Mattoso

Inovação tecnológica e desemprego

Desde a I Revolução Industrial¹ do século XVIII, as inovações tecnológicas têm sido recorrentemente consideradas uma ameaça aos empregos, sobretudo nos Períodos de crise. Se no início os trabalhadores destruíram as primeiras máquinas têxteis, assustados com as conseqüências de sua introdução hoje há quem considere que caminhamos rapidamente em direção ao “fim do trabalho”.

No entanto, a relação entre inovação tecnológica e desemprego é bem mais complexa do que pode parecer à primeira vista, sobretudo quando se questiona a tese do determinismo tecnológico.

Resultante da concorrência entre os capitais, o objetivo da introdução das inovações elevar a produtividade e reduzir o trabalho vivo incorporado à produção parece, quando visto unicamente no âmbito de uma empresa, setor ou região, se transformar, como uma fatalidade, em desemprego e precarização do mercado de trabalho. Esses males da sociedade con-

temporânea parecem, então, resultar apenas da reestruturação produtiva, das novas formas de organização do trabalho, da maior utilização da inovação tecnológica em tal empresa, tal setor, tal região.

É verdade que o progresso técnico (e seu ritmo) favorece a aceleração das transformações qualitativas do trabalho (mudança da divisão técnica do trabalho, da organização do trabalho, das qualificações), assim como da distribuição setorial do emprego (nascimento, expansão e declínio das atividades econômicas). Portanto, o conjunto de inovações surgidas nos anos 60 e 70 e que vem sendo difundido nas últimas décadas do século XX mudou a qualidade do trabalho e acelerou a destruição de velhos produtos, atividades econômicas ou formas de organização do trabalho. É evidente também que o progresso técnico sobretudo quando observado em uma empresa, num setor ou numa região pode se refletir em supressão de empregos.

No entanto, quando observamos com mais atenção o fenômeno do desemprego

1. Processo de introdução da Primeira grande leva de inovações tecnológicas na produção Capitalista. Esta Primeira mecanização é geralmente identificada com a incorporação de máquinas à produção têxtil.



e da precarização das condições de trabalho, verificamos que a realidade é bem mais complexa, e por mais numerosos e verdadeiros que sejam os exemplos microeconômicos de destruição de empregos estes nada provam em âmbito macroeconômico ou nacional.

Por quê?

Porque a inovação tecnológica e a elevação da produtividade, ao mesmo tempo que destróem produtos, empresas, atividades econômicas e empregos, também criam novos produtos, empresas, empregos e até mesmo novos setores ou atividades econômicas. Em outras palavras, a inovação tecnológica, embora possa modificar a determinação do nível do emprego, não determina *a priori* seu resultado.

Este resultado, que pode ser mais emprego, consumo, tempo livre ou desemprego, é uma escolha social, historicamente determinada pelas formas de regulação do sistema produtivo e de distribuição dos ganhos de produtividade. Nesse sentido, passa também pela incorporação de outras variáveis, como o crescimento econômico, fundamental para a geração de empregos, sobretudo se mais intenso que os ganhos de produtividade. Também torna-se relevante a análise da duração do trabalho, pois sua redução, medida pela semana (incorporando a jornada de trabalho diária), pelo ano (considerando a ampliação das férias e os feriados) ou pela vida ativa (integrando os efeitos da ampliação da escolaridade, da redução da idade para aposentadoria, períodos de licença etc.), pode favorecer a geração de mais postos de trabalho.

Taxas médias anuais de crescimento do PIB, emprego, produtividade, demanda e acumulação – EUA e União Européia – 1960 – 73 e 1980 – 1999

PERÍODO	EMPREGO	PIB	PRODUTIVIDADE ²	DEMANDA	ACUMULAÇÃO ³
1960 – 1973	2,2	5,4	3,7	5,2	6,3
1980 – 1999 ¹	1,0	2,6	0,9	2,5	2,9

Fonte: OECD Economic Outlook.

(1) Dados estimados e projetados para 1998 e 1999.

(2) Business sector ref. Período 1979-1997.

(3) Formação bruta de Capital Fixo.



Uma equação bastante simples, em taxas de crescimento, pode representar este processo complexo: EMPREGO = PRODUÇÃO PRODUTIVIDADE DURAÇÃO DO TRABALHO.

Em outras palavras, a taxa de expansão do emprego depende sobretudo de a capacidade da taxa de crescimento econômico superar as taxas de incremento da produtividade e da duração do trabalho. O que efetivamente ocorre então e qual é o saldo desse processo?

Durante o pós-Segunda Guerra a dinâmica da demanda impulsionou de maneira decisiva o crescimento da produção e da produtividade. Alavancados pelo investimento, os ganhos de produtividade favoreceram o crescimento econômico. Este circuito virtuoso de crescimento foi acompanhado por uma apropriação dos ganhos de produtividade pelos trabalhadores (mediante a redução da jornada de trabalho e a elevação do poder de compra dos salários) e pelo Estado (por meio da elevação da arrecadação e dos gastos públicos). A maior disponibilidade de tempo e dinheiro pelos trabalhadores e a ampliação dos gastos públicos favoreceram o crescimento das atividades de ser-

viços públicos (saúde, educação etc.) e privados (grande comércio, turismo, lazer etc.), que contribuíram acentuadamente para o crescimento do emprego. Em outras palavras, nesse período o emprego tendeu a crescer mais naqueles países que apresentaram mais intenso crescimento econômico diante das elevadas taxas de produtividade e/ou apresentaram mais intensa redução da jornada intensa redução da jornada de trabalho.

As últimas décadas têm sido teatro de acentuada globalização com intensificação dos fluxos financeiros internacionais, acirramento da concorrência e crescente integração entre as economias nacionais, com a emergência de um padrão de acumulação dominado pela esfera financeira, em crise estrutural.

Nesse novo padrão financeirizado, sob hegemonia dos credores e com uma hierarquia com evidentes vantagens para os países do núcleo central da economia mundial, em especial os Estados Unidos, tornaram-se mais baixas as taxas de crescimento, investimento, produtividade e consumo. Em contrapartida, os ganhos de produtividade vêm sendo apropriados pelo capital financeirizado, tendo-se paralisado *grosso modo* o processo de redução

do tempo de trabalho, de elevação do salário real e dos gastos públicos. O menor crescimento da produção e por mais paradoxal que pareça em meio a um novo sistema tecnológico - também dos ganhos de produtividade ocorreu tanto na indústria como nos serviços.

Embora a redução das taxas de crescimento da produção e da produtividade tenham sido intensas, não o foram na mesma proporção. *O saldo do emprego foi negativo ou insuficiente para assegurar a incor-*

poração dos novos ingressantes (e, portanto, fez crescer o desemprego e/ou a precarização) nos países que apresentaram taxas de crescimento econômico mais medíocres relativamente à expansão da produtividade.

Em resumo, se o desemprego e a precarização ocorrem, não tem sido por causa da inovação tecnológica e da produtividade, mas devido a um crescimento econômico medíocre e à estagnação do tempo de trabalho.

Taxas médias anuais de crescimento do PIB, emprego, produtividade, demanda e acumulação – EUA e União Européia – 1960-73 e 1980-

PAÍS	INDICADORES	1960-1973	1980-1999 ¹
EUA	PIB	3,9	2,5
	EMPREGO	1,8	1,5
	DESEMPREGO	4,8	6,6
	PRODUTIVIDADE ²	2,6	0,9
	DEMANDA	3,9	2,7
	ACUMULAÇÃO	4,5	2,9
UNIÃO EUROPÉIA	PIB	4,7	2,1
	EMPREGO	0,3	0,3
	DESEMPREGO	2,6	9,7
	PRODUTIVIDADE ²	5,1	1,9
	DEMANDA	5,2	2,0
	ACUMULAÇÃO	5,6	1,9

Fonte: OECD Economic Outlook. (1)Dados estimados e projetados para 1998 e 1999. (2) Ref. Período 1979-1997.



Em contrapartida, quando se retraiu a atividade econômica, a indústria foi a mais atingida e o setor produtor de bens de consumo duráveis apresentou a queda mais pronunciada (-20,5%), tal como observado em 1998. A indústria apresentou nesse ano, pela primeira vez no período 1995-98, um desempenho negativo, de cerca de -2%. O setor produtor de bens de consumo duráveis passou a ser, então, atingido pelas políticas visando a retração das atividades produtivas, pelo fim dos efeitos positivos da estabilização monetária sobre o poder de compra dos salários menos protegidos da inflação e pela ainda maior elevação dos juros com efeitos deletérios sobre o crédito e a inadimplência. Dessa forma, o desempenho da indústria de bens de consumo duráveis terminou o período 1995-98 também apresentando uma dinâmica medíocre, com apenas pouco mais de, 4% de crescimento relativamente a 1994.

Em resumo, a adoção de uma inserção internacional subordinada, da abertura comercial e financeira indiscriminada, da sobrevalorização

cambial e dos elevados juros foi por várias razões danosa ao emprego. Entre estas razões, destacam-se:

a) Crescentes déficits da balança comercial (resultantes da intensa elevação das importações) e do saldo das transações correntes (resultante da elevação dos déficits da balança comercial e dos serviços), que apontam para recorrentes crises cambiais;

b) Crescimento econômico medíocre e sujeito a fortes movimentos de retração das atividades produtivas, dado seus reflexos na elevação dos **deficits** do saldo da balança comercial e do saldo das transações correntes;

c) Elevação crescente da dívida líquida do setor público e constituição de sucessivos ajustes fiscais que aceleraram o desmonte do Estado nacional, com cortes de pessoal, deterioração das atividades públicas no campo social e redução de sua capacidade de investimento;

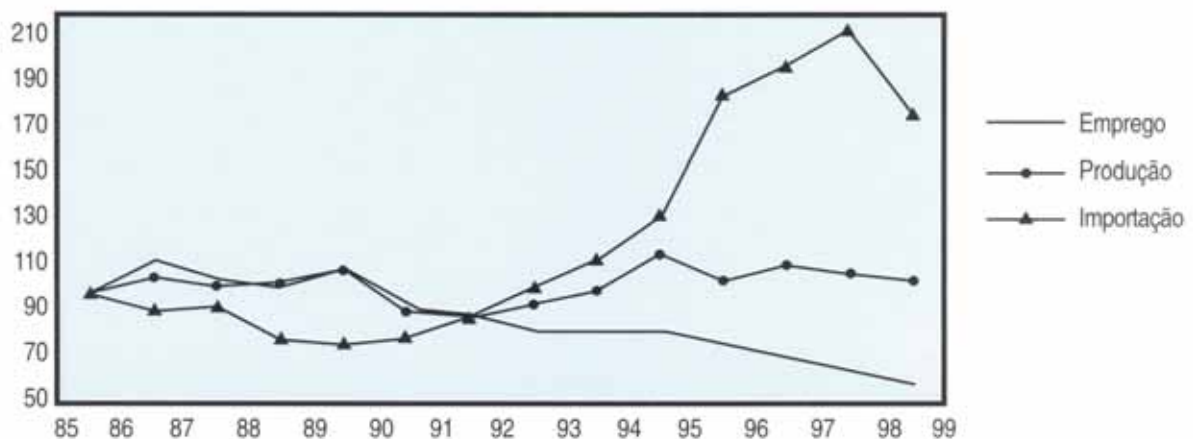
d) Transformação da estrutura do comércio exterior, com um crescimento medíocre das exportações (ancorado em setores exportadores tradicional-



mente competitivos e de grande escala de produção baseados em recursos naturais e energia abundante, tais como papel e celulose, *agrobusiness*, siderur-

gia, processamento mineral e alumínio) e intensa ampliação das importações nos setores de maior conteúdo tecnológico.

Índices de emprego, da produção e da importação na indústria de transformação



Fonte: FIBGE - PIM; MICT; Bacen (dez/95)

e) Especialização produtiva regressiva, com ampliação da desnacionalização, redução do valor agregado no país, com forte substitui-

ção da oferta doméstica de bens finais por importados, fechamento de linhas de produção e até mesmo de unidades fabris inteiras.

Produção industrial segundo categoria
Brasil – 1989/1998

Discriminação	Variação anual (%)									
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total	2,9	8,9	2,6	3,7	7,5	7,6	1,8	1,7	3,9	2,3
Indústria de transformação	2,9	9,5	2,4	4,1	8,1	7,8	1,7	1,1	3,6	3,5
Por categorias de uso										
Bens de capital	0,3	15,5	1,3	6,9	9,5	18,7	0,3	14,1	4,6	1,9
Bens intermediários	2,4	8,7	2,2	2,4	5,5	6,5	0,2	2,9	4,6	0,9
Bens de consumo	3,6	5,3	2,1	5,4	10,1	4,4	6,2	5,3	1,1	5,7
Durável	2,4	5,8	4,7	13,0	29,1	15,1	14,5	11,2	3,1	20,5
Semi-durável e não durável	13,9	5,2	1,8	3,8	6,6	1,9	4,2	3,7	0,5	1,2

Fonte: IBGE, Boletim Banco Central, Janeiro/1999. Elaboração própria.